

CÍCERO DANTAS BISNETO

CAUSALIDADE
PSÍQUICA

Nexo de causalidade e responsabilidade civil
pelos danos causados por influência psicológica

Prefácio

JOSÉ FERNANDO SIMÃO

Apresentação

MARIA VITAL DA ROCHA

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.

Postácio

RODRIGO XAVIER LEONARDO

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CAUSALIDADE PSÍQUICA

Nexo de causalidade e responsabilidade civil pelos danos causados por influência psicológica

Cícero Dantas Bisneto

© desta edição [2024]

THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.

ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Diretores Responsáveis

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – 13º andar– Vila Olímpia

CEP 04548-005, São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho, respeitando as diversas perspectivas e os conceitos jurídicos abordados em dado momento histórico.

Central de Relacionamento Thomson Reuters Selo Revista dos Tribunais

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sacrt@thomsonreuters.com

e-mail para submissão dos originais: aval.livro@thomsonreuters.com

Conheça mais sobre Thomson Reuters: www.thomsonreuters.com.br

Acesse o nosso eComm

www.livrariart.com.br

Impresso no Brasil [03-2024]

Profissional

Fechamento desta edição [22.01.2024]



Sumário

Agradecimentos	7
Prefácio	11
Apresentação	15
Lista de abreviaturas	19
Introdução	25

PRIMEIRA PARTE TEORIAS CAUSAIS E CAUSALIDADE PSÍQUICA: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

1. Considerações iniciais	31
1.1. Notas históricas	34
1.2. Insuficiência das teorias causais tradicionais	47
2. Análise crítica das teorias da causalidade	51
2.1. Teorias causais	54
2.1.1. Teoria da equivalência das condições	57
2.1.2. Teoria da causa próxima ou teoria da última condição	65
2.1.3. Teoria do dano direto e imediato ou da interrupção do nexó de causalidade	69
2.1.4. Teoria da causalidade adequada	81
2.1.5. Teoria do escopo de proteção da norma	94
2.1.6. A problemática aplicação das teorias causais no direito brasileiro	110
2.1.7. Posição adotada: critérios de imputação por grupo de casos	120

SEGUNDA PARTE

CAUSALIDADE PSÍQUICA: ESTUDO DE CASOS E DOGMÁTICA JURÍDICA

3.	Causalidade psíquica.....	133
3.1.	Conceito.....	137
3.2.	A problemática da causalidade fática.....	143
3.3.	Violação aos deveres notráfego e o direito civil brasileiro.....	149
3.4.	Critérios norteadores de solução dos casos.....	161
3.4.1.	Critério da autorresponsabilidade.....	163
3.4.2.	Critério da controlabilidade.....	167
3.4.3.	“Fórmula da provocação”.....	171
3.4.3.1.	“Provocação”.....	173
3.4.3.2.	Motivo justificável.....	177
3.4.3.3.	Risco aumentado.....	180
3.4.3.4.	Proporcionalidade.....	189
3.4.4.	Modelos da causalidade indireta e negligente.....	194
4.	Aplicação dos modelos teóricos aos casos práticos.....	203
4.1.	Classificação.....	204
4.1.1.	Casos em que o segundo causador lesa os seus próprios interesses.....	209
4.1.1.1.	Casos de prestação de socorro e perseguição.....	210
4.1.1.2.	Casos de intervenção pela posição de autoridade do primeiro agente.....	224
4.1.1.3.	Casos de intervenção pelo dever de controle de uma fonte de perigo.....	245
4.1.1.4.	Casos de autolesão.....	252
4.1.2.	Casos de danos causados a terceiros.....	263
4.1.2.1.	Casos de omissão de precauções de segurança.....	264
4.1.2.2.	Casos de interferência em medidas de segurança preexistentes.....	275
4.1.2.3.	Casos que se assemelham aos grupos de casos de duas pessoas.....	283

Conclusão.....	289
Posfácio.....	297
Referências bibliográficas.....	301
Índice de jurisprudência citada.....	346
1. Jurisprudência brasileira.....	346
1.1. Supremo Tribunal Federal (STF).....	346
1.2. Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	346
1.3. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.....	347
1.4. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.....	347
1.5. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.....	347
1.6. Tribunal de Justiça de do Estado de Minas Gerais... ..	347
1.7. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.....	348
1.8. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.....	348
1.9. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul... ..	348
1.10. Tribunal de Justiça de do Estado de Santa Catarina ..	348
1.11. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	348
1.12. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	349
2. Jurisprudência estrangeira.....	349
2.1. Jurisprudência da Alemanha	349
2.2. Jurisprudência da Áustria	351
2.3. Jurisprudência dos EUA.....	351
2.4. Jurisprudência da Hungria	351
2.5. Jurisprudência da Inglaterra	352
2.6. Jurisprudência da Itália.....	352
2.7. Jurisprudência do Japão.....	352